

compreensão do papel dos tribunais nas sociedades democráticas. Primeiro, ela implica que a «engenharia» em torno de normas legislativas e constitucionais tem sido sobrestimada enquanto modo de promover mudanças efectivas no funcionamento do poder judicial e na protecção efectiva dos direitos. Todavia, Epp também não recorre à solução fácil de remeter a explicação do papel dos tribunais para variáveis «macro» — tais como as culturas políticas ou jurídicas prevalecentes numa dada sociedade — em relação às quais a vontade política seria impotente. O Estado e as elites políticas podem desempenhar um papel favorável à «revolução dos direitos», não tanto enquanto «engenheiros constitucionais», mas sim ao facultarem uma assistência judiciária que seja efectiva e estratégica na sua contribuição para o fortalecimento de «estruturas de apoio» à litigação em defesa dos direitos dos cidadãos. Não se resiste a assinalar que as recentes discussões acerca da «crise da justiça» em Portugal teriam muito a ganhar se tomassem em conta esta e outras conclusões deste estudo.

A segunda implicação fundamental está ligada ao dilema teórico colocado pelo papel político dos tribunais numa sociedade democrática. Críticos e apoiantes do activismo judicial baseiam frequentemente as suas posições na pressuposição de que esse activismo decorre exclusivamente da iniciativa e do poder dos juizes, interessados — dependendo das interpretações — em substituírem-se aos poderes verdadeiramente democráticos

ou em garantirem a protecção dos direitos que permitem genuína participação e competição democráticas. Todavia, essa pressuposição comum pode estar errada: «As preferências políticas dos juizes e o significado dos direitos constitucionais são parcialmente constituídos pela economia política da litigação, particularmente pela distribuição de recursos necessários para uma litigação constitucional sustentada. Se a ‘revolução dos direitos’ decorre do crescimento de uma vasta estrutura de apoio na sociedade, se a litigação em defesa de direitos individuais reflecte um grau significativo de acção colectiva organizada [...] então a ‘revolução dos direitos’ não é antidemocrática, mesmo nos processos que a geraram. E, se os dados e a análise que apoiam estas proposições forem persuasivos, os críticos do activismo judicial terão o ónus de explicar por que deveríamos regressar a uma época em que apenas as grandes empresas e os cidadãos mais abastados dispunham do poder organizacional, dos recursos e da perícia legal para mobilizarem a lei a seu favor» (p. 5).

PEDRO MAGALHÃES

*Robert Stam, Tropical Multiculturalism: A Comparative History of Race in Brazilian Cinema & Culture*, Durham e Londres, Duke University Press, 1997

Explicar o título deste livro poderia ser um longo ensaio, mas abrevie-

mos a apresentação. *Tropical Multiculturalism* propõe ser um estudo histórico e comparativo das questões de raça no cinema e na cultura brasileiros e projecta-se num horizonte de referências difuso cujo material empírico de base corresponde a quase um século de filmes. A ordenação destes por fases, devidamente contextualizadas, inclui o cinema mudo (1898-1929), os filmes cómicos dos anos 30 e 40, a influência de hollywood (1949-1954, precedida do interlúdio que foi a experiência de Orson Welles no Brasil em 1942), o trio favela/negritude/renascimento baiano (1954-1959/1960-1962/1962-1963), a «antropofagia» (1964-1971), a celebração afro-indígena (anos 70), e o momento actual de «vitórias culturais e derrotas políticas».

A abundância de referências a aspectos sócio-culturais poderia levar-nos a pensar que se trata de mais um livro de ciências sociais, quiçá inovador na formulação do problema e recorte do objecto; não estão, porém, nas ciências sociais como as conhecemos, mas apenas na sua vizinhança, os pontos de partida e chegada do autor. Não se espere muito da referência à «cultura brasileira», que corresponde sobretudo a uma contextualização. Mais pode esperar-se da instância «comparativa» que abre o subtítulo. Aí reside a componente mais ambiciosa e rica da proposta, que se orienta num duplo universo de referência — Estados Unidos e Brasil. Menos que de uma comparação sistemática — e apesar de em alguns momentos conseguir

comparar estes dois universos com algum grau de sucesso —, a proposta de Stam é a de trabalhar com perspectiva dupla, olhar cruzado, espelho. Mas lembremos, a partir do seu próprio texto, que ao fundo está um horizonte que não é apenas duplo, e que implicaria unidades relativamente homogéneas e fechadas. São universos múltiplos, e em duplicado: duplamente multiculturais. A riqueza de um estudo «em espelho», envolvendo Estados Unidos e Brasil, é a de abrir a perspectiva sobre cada uma destas sociedades — que, como Stam aponta, partilham uma história comum e diferenciada de colonização, conquista, escravatura e imigração — e a de permitir explorar através de novos ângulos algumas das questões mais resistentes à análise sociológica e antropológica convencionais. Entre essas sobressaem as mal resolvidas questões de representações étnicas, racismo, estereótipos de raça.

Destaco duas razões para saudar este livro a partir das ciências sociais. Em primeiro lugar, temos uma ampliação do horizonte de preocupações da área de estudos culturais, estudos de cinema, teoria crítica, pós-estruturalismo, para fora dos arredores imediatos em que o autor se situa; mesmo que se argumente que as análises de discurso, cinema e representações em filmes não equivale aos dados massivos dos sociólogos nem ao mitificado trabalho de campo dos antropólogos, com um objecto de estudo resistente à vontade interpretativa, este trabalho dá uma oportunidade de reconsiderar aquelas estratégias metodológicas ao trazê-las

para fora do universo restrito dos Estados Unidos, onde as problemáticas internas têm enformado o campo (e, assim, contribuído para a caricaturização dos estudos multiculturais enquanto «americanice» que apontaria para uma agenda política com a versão «politicamente correcta» de um pluriculturalismo segregativo).

A extensão do universo de referência dos Estados Unidos para um jogo de espelhos focado no Brasil, proposta em *Tropical Multiculturalism*, permite também romper com a divisão social do trabalho intelectual que ordena, *grosso modo*, os estudos culturais e a antropologia clássica em lugares opostos (esta para o Terceiro Mundo e/ou franjas, aqueles para as sociedades desenvolvidas e/ou decadentes). Assim se substitui uma partição fictícia de blocos homogêneos (desenvolvimento/subdesenvolvimento) por uma aproximação mais realista à contemporaneidade em que entrosam as questões do pós-colonial e as do pós-moderno, pós-estrutural, multicultural.

Nesta altura talvez seja recomendável um guia lexical para sobreviver ao jargão destas correntes; sugerimos o anterior livro de Stam, com Ela Shohat, *Unthinking Eurocentrism* (Routledge, 1995). Tal como *Tropical Multiculturalism*, um livro muito contemporâneo, de época, da nossa época. Não necessariamente um clássico, mas um guia para os temas de fronteira — ou margem — do pensamento social de fins de século. Ao convergirem com as ciências sociais

em temáticas e interesses, estes livros trazem para a reflexão alguns desafios radicais: não apenas uma agenda política que assenta na equidade das diferentes culturas em sinergia, mas sobretudo um lugar de análise que se desmultiplica em várias perspectivas, simultâneas, sobrepostas, em interação, em que se detectam movimentos hegemónicos, reprodução de estereótipos e distorções sistemáticas, consolidação de ideologias.

O segundo mérito a assinalar neste livro é o contributo que dá no contornar de questões que parecem perpetuar-se no senso comum e através deste são devolvidas às ciências sociais como irresolúveis. Tome-se o argumento do «racismo atenuado», ou «tolerante», dos contextos de colonização portuguesa, cristalizado não só nas obras de referência do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre como disseminado em quase todos os níveis de auto-representação da sociedade brasileira — e, frequentemente, da sociedade portuguesa e dos espaços ligados ao ex-império. Há muito que as ciências sociais têm vindo a objectificar, medir, interpretar e avaliar a extensão das expressões do racismo, cuja «brandura» de representações se contradiz nas práticas sociais, nos indicadores económicos, na representação política, na narrativa histórica; a passagem destes resultados ao senso comum é, essa sim, atenuada pela ideologia e representações resistentes, alimentando, mesmo que os dados apontem o inverso, a ideologia da tolerância original. No livro de Stam sai-se des-

sa panóplia de dados e argumentos para se entrar no mundo das imagens e representações filmicas, que nos trazem uma outra ordem de evidências e permitem um registo interpretativo complementar. O autor dá-nos centenas de referências profusamente ilustradas e arrumadas numa cronologia contextualizada: do cinema mudo e «chanchadas» cómicas dos anos 30-40 às representações do Brasil e dos trópicos no cinema de Hollywood (com uma notável descrição da contracorrente que nunca se chegou a finalizar, o filme *It's All True*, que Orson Welles começou a realizar em Fortaleza), às aproximações neo-realistas ou romanticizadas às culturas «marginais» de favelas, de elementos afro-brasileiros, como o candomblé e a capoeira, de indígenas, e aos movimentos críticos que produziram o «cinema novo» brasileiro (este último mais explorado num outro livro do autor, com Randal Johnson, *Brazilian Cinema*, Columbia University Press, 1995). Se bem que a linguagem e as âncoras cognitivas dos estudos de cinema e estudos culturais onde se situa o autor sejam não só diferentes do tradicional nas ciências sociais, mas frequentemente proponham também romper as categorias de análise habituais, o conjunto de dados e análises presente neste livro é suficientemente interessante e persuasivo para lhe darmos atenção. Stam consegue entretecer uma incursão bem ilustrada à história do cinema brasileiro com um contínuo de argumentos que rompem o senso

comum e de alguma forma estilham um fechamento conceptual académico, fazendo erodir fronteiras disciplinares, flexibilizando os instrumentos de análise e reorganizando os objectos de estudo, com que as ciências sociais têm tratado estes assuntos. Um desafio a considerar, portanto.

CRISTIANA BASTOS

*Jorge Vala; Rodrigo Brito e Diniz Lopes, Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Edição Instituto de Ciências Sociais, 1999, páginas.

*O livro Expressões dos Racismos em Portugal*, editado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, constitui-se na mais extensiva análise já realizada neste país acerca das percepções e atitudes dos portugueses brancos face aos negros que residem em Portugal. Adoptando a perspectiva psicossociológica, os autores abordam alguns dos principais indicadores que incidem sobre as formas de expressão do racismo.

O livro estrutura-se em termos de um progressivo aprofundamento dos níveis de análise do racismo, articulando as determinantes psicológicas às determinantes sociológicas. Para o efeito, os autores analisam os resultados de uma pesquisa realizada junto de 600 portugueses brancos, adultos, residentes em Lisboa e em quinze freguesias limítrofes.